MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA

CFJJ
Centro de Formação Jurídica e Judiciária

# AVISO

Torna-se público que se encontra aberto o procedimento para o recrutamento, seleção, e contratação, pelo Ministério da Justiça, de um jurista para lecionar no âmbito das atividades formativas promovidas pelo Centro de Formação Jurídica e Judiciária, mediante a celebração de contrato de prestação de serviços.

São requisitos de candidatura:

1. Ter experiência profissional como advocacia pelo menos 10 anos ;
2. Possuir capacidade de trabalho em equipa e de colaboração ativa com os demais membros do corpo docente/formador, no quadro das diversas atividades formativas cometidas ao CFJJ;
3. Ter experiência relevante na formação de adultos;
4. Ter experiência na área formação jurídica ;
5. Vocação pedagógica, com curso de formação de formadores, tendo em conta as metodologias mais adequadas à formação profissional.
6. Ter bons congecimentos da legislação timorense e do sistema político, adminstrativo e jurídico de Timor-Leste ;
7. Disponibilidade para aprendizagem da língua tétum.

Os interessados deverão submeter a sua candidatura, até 1 de outubro de 2022, apresentando para o efeito CV completo, acompanhado de carta de apresentação e dos documentos que considerem relevantes.

As candidaturas poderão ser apresentadas no Departamento de Formação do CFJJ, ou por correio eletrónico para o endereço : honorio.aureliano@gmail.com e ou ferreiralourenco571@gamil.com.

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA

CFJJ
Centro de Formação Jurídica e Judiciária

Os candidatos pré-selecionados serão depois convidados para entrevista, a fim de discutir o seu percurso profissional e as capacidades para o exercício da função.

Díli, 23 de setembro de 2022

Diretora do CFJJ

Marcelina Tilman da Silva

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO

**RECRUTAMENTO DE UM JURISTA PARA O FORMADOR DO CENTRO DE FORMAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA DE TIMOR-LESTE**

# TERMOS DE REFERÊNCIA

**Local de exercício de funções:**

Díli, Timor-Leste

**Entidade**:

Ministério da Justiça de Timor-Leste (Centro de Formação Jurídica e Judiciária - CFJJ)

**Número de lugares a preencher**:

1 (um)

**Duração do contrato**:

Um ano, eventualmente renovável por idênticos períodos.

**Prazo de candidatura** : 1 de outubro de 2022

**Regime contratual**:

Decreto do Governo nº 6/2015, de 18 de novembro, que fixa o Regime Jurídico dos Contratos de Trabalho a Termo Certo na Administração Pública.

**Funções a exercer**:

- Participar na planificação das atividades das diversas fases dos cursos de formação inicial promovidos pelo CFJJ, e na preparação dos respetivos planos de estudo;

- Elaborar os programas e os sumários relativos às matérias e áreas das componentes formativas da sua responsabilidade, em conformidade com os planos aprovados;

- Organizar, ministrar, e dirigir sessões letivas de grupo, e assegurar o respetivo acompanhamento pedagógico;

- Elaborar materiais de apoio ao estudo e a organizar a bibliografia das áreas temáticas da sua responsabilidade;

- Proceder à avaliação dos formandos jurídicos, e prestar informação ao Diretor do CFJJ sobre o desempenho respetivo;

- Colaborar na planificação e execução da fase de estágio de cada formação, e apoiar os formandos com vista à sua preparação gradual e progressiva para o exercício de funções efetivas na carreira a que se destinam;

- Participar e intervir na realização de outras atividades e iniciativas de formação contínua e complementar, bem como em atividades de estudo e investigação, promovidas pelo CFJJ;

- Exercer as suas funções nas estruturas do CFJJ, quando estiver a sua intervenção;

- Emitir pareceres, no âmbito das matérias e áreas a que esteja afeto, à solicitação do Diretor do CFJJ;

- Integrar comissões ou grupos de trabalho em que seja solicitada a intervenção do CFJJ, por decisão do Diretor;

- Desempenhar as demais funções previstas na lei, ou que lhe sejam cometidas pelo Diretor do CFJJ.

**Qualificações profissionais exigidas:**

- Exercício de funções como advocacia durante pelo menos 10 anos;

- Bons conhecimentos da legislação timorense, e do sistema político, administrativo, e jurídico de Timor-Leste.

- Experiência na área da formação jurídica.

**Qualidades pessoais pretendidas:**

- Vontade de contribuir para o fortalecimento da capacitação dos profissionais da Justiça de Timor-Leste;

- Dinamismo;

- Empenho na transmissão de conhecimentos;

- Boa capacidade de relacionamento interpessoal, e espírito de trabalho em equipa e em ambientes multiculturais;

- Disponibilidade para aprendizagem da língua tétum.

**Remuneração e complementos**

- Fixado no Decreto do Governo nº 6/2015, de 18 de novembro, que fixa o Regime Jurídico dos Contratos de Trabalho a Termo Certo na Administração Pública.

- 2 dias úteis de férias por cada mês de trabalho efetivo prestado.

**Apresentação de candidaturas:**

Os interessados deverão apresentar a sua candidatura instruída com a seguinte documentação:

- Carta de motivação dirigida a S.E. o Ministro da Justiça;

- Curriculum Vitae detalhado, donde devem constar, para além de outros elementos considerados relevantes, as habilitações académicas, as funções profissionais exercidas, com indicação dos respetivos períodos, as classificações de serviço obtidas e as eventuais obras ou estudos jurídicos publicados;

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO

- Quaisquer documentos, ou fotocópias dos mesmos, destinados a comprovar as qualificações necessárias ao desempenho do conteúdo funcional do posto de trabalho a preencher.

**Métodos de seleção:**

- A seleção dos candidatos será efetuada de acordo com os procedimentos previstos nos arts.º 74º a 76º do Decreto-Lei nº 10/2020, de 25 de março que fixa o Novo Regime das Atividades de Formação do Centro de Formação Jurídica e Judiciária.

Díli, 22 de setembro de 2022

Aprovado

O Ministro da Justiça

**Dr. Tiago Amaral Sarmento**